

## A cidadania bate à porta

### Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança

SOARES, Bárbara Mussumeci

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

Bárbara Mussumeci Soares é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ e doutora pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ). Artigos seus integram as coletâneas *Violência e política no Rio de Janeiro*, organizada por Luiz Eduardo Soares (Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996), e *Drogas e cidadania*, organizada por Alba Zaluar (São Paulo: Brasiliense, 1994). É ainda co-autora de *Criminalidade e violência no estado do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Hama, 1998).

Suas pesquisas sobre violência contra mulheres incluíram as delegacias especiais de atendimento à mulher no Rio de Janeiro. Depois ela se tornou voluntária num abrigo de mulheres vítimas de violência em Charlottesville, nos Estados Unidos, quando percebeu a centralidade da questão da violência doméstica e contra a mulher na cultura norte-americana de hoje. Daí a grande questão da pesquisa que resultou em *Mulheres invisíveis*: como a violência doméstica e a violência contra a mulher transformaram-se, naquele país, em problemas sociais de primeira grandeza?

Bárbara reflete sobre a sociedade norte-americana e as perspectivas abertas pelas práticas e pelos discursos em torno da violência doméstica (ou simplesmente contra as mulheres, como preconizam as feministas) e delinea certas características da mesma violência no Brasil. Não se trata contudo de um trabalho comparativo. Ela exercita apenas um contraponto que desnaturaliza o processo reconstituído. Seu foco é a experiência norte-americana. Mas tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos crianças e mulheres correm mais risco no lar do que na rua. As estatísticas que a autora reproduz indicam que a violência contra a mulher não é episódio excepcional, mas prática corriqueira que dá o tom às relações entre gêneros.

O contraponto brasileiro indica uma débil

visibilidade do fenômeno, bandeira esgrimida pela vanguarda feminista, sem contudo merecer atenção na agenda da sociedade mais ampla. Já nos Estados Unidos, "a violência (...) não foi (ou não está sendo) apenas detectada e desnudada pelo movimento das feministas, dos/as ativistas e profissionais da área. (...) foi também construída por ele, à medida que ia sendo revelada", constituindo "um campo particular de intervenções, debates e reflexões; uma nova fonte de normatividade, nova arena de formação de subjetividades". Ao se politizar os conflitos domésticos, ampliam-se os direitos individuais.

Já no Brasil, a ordem jurídica parece deter-se ante a porta do lar e a vizinhança permanece surda aos gritos de socorro. Flagrantes violações de direito e ignominiosas agressões permanecem assim à margem da escuta social, da atenção policial e do escrutínio da lei em nome da inviolabilidade do lar e do postulado cívico, segundo o qual em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Assim mesmo, Bárbara enfatiza a importância da criação das DEAMS, embora perceba o quanto se transformaram em instância para a solução de conflitos, acomodando as partes, sem punições drásticas e maiores consequências. O que lhe suscita uma análise das percepções populares sobre conflito e violência no Brasil.

As queixas brasileiras atribuem o episódio violento à bebida, "problemas de cabeça" ou de "nervos", ciúmes, sexo e dinheiro. O agressor estaria privado de sentido, não é sujeito de sua ação, versão particular que corresponde no plano maior à falta de sentido público e de ação coletiva. Mesmo assim,

Antes que sociólogos, políticos e agentes sociais trouxessem à tona uma nova problemática e produzissem um novo recorte da violência, apontando a especificidade da violência familiar, ou o potencial de violência representado pelos conflitos domésticos (entendendo-se *doméstico* em sentido amplo), as DEAMS, em sua prática diária, deram vazão a esse conjunto de conflitos, que, cotidianamente, se transformam em queixas nos balcões de atendimento.

Ao contrário do Brasil, nos Estados Unidos os dados são abundantes, e a visibilidade do problema é inquestionável, adquirindo centralidade no debate público. O que implica num mergulho nas normas e saberes. Ali, espécies e sub-espécies de violência são definidas. Embora maleáveis e

imprecisas, configuram-se e reconfiguram-se em amplo debate que envolve setores e instituições distintas da sociedade. É objeto de regulamentação legal. Um tema, enfim, com espaço público no rastro do qual mais de 1300 abrigos para vítimas funcionam regularmente.

As disputas em torno da questão vão revelando "interesses". É no centro de tudo encontram-se questionadas ações e omissões que ferem a possibilidade do exercício de direitos iguais entre homens e mulheres. Ali estão envolvidos na contabilidade, classificação ou combate à violência doméstica e contra a mulher, o FBI, o Departamento de Justiça e o Congresso Nacional. As posições diversas tomadas, os interesses envolvidos e as concepções formuladas já não ocultam uma verificação que parece consolidada: não se discute, questiona e debate incidentes singulares, mas um estado contínuo, que inclui intimidação e abuso emocional, o que implica em julgamento da intenção.

O fenômeno cria uma situação ambígua. Enquanto ganha corpo a tendência à desinstitucionalização crescente e ampla, a propor penas alternativas, amplia-se e cresce um processo de criminalização da violência doméstica, levando à prisão pais, maridos e parentes, com todos os riscos de falsas acusações ou fantasias de mulheres e crianças. Além disso, os profissionais ou voluntários envolvidos nas atividades de intervenção não deixam de — sob as pressões da prática e das urgências, lidando de perto com situações dramáticas, ou mesmo insuportáveis — operar simplificações e empobrecimento das idéias formuladas originalmente por pesquisadores, pensadores e ativistas.<sup>1</sup>

E o discurso que vem-se impondo nesse complexo quadro de mudanças sócio-político-culturais, tendo como centro uma minoria sociologicamente definida, mas que implica demograficamente em metade da sociedade, é o de que a violência masculina não passa de exercício do controle e do poder sobre as mulheres. Seus desdobramentos apontam para uma radical transformação social que se vai processando, multifacetada, plurívoca, deixando subir à superfície do plano público interesses divergentes, posições antagônicas e múltiplas concepções. Enfim, polêmica pública que esmiuça, devassa e detalha os avessos do tecido social, essas antigas mônadas, asilos subjetivos para o exercício da privacidade e do regime de jejum da amarga esfera pública, ou seja, as delícias sem compromisso do *home sweet home*.

Esses lares desvendados parecem oferecer um quadro aterrador. A singularidade de suas experiências específicas distendem uma constelação de conflitos obscuros, mas sistemáticos, contínuos, radicados numa tradição. E a polêmica se debruça sobre questões inquietantes: essa violência seria transmissível geracionalmente? "[O] debate em torno das origens expressa e representa um alicerce importante na conceituação e na formação das imagens em torno da vitimização" (p. 83). Isso porque exemplos de pais e parentes estariam tecendo uma tradição na educação masculina. Seja enquanto trauma infantil não elaborado que perpetua a linguagem da violência, segundo uns, seja enquanto uma formação para assumir o poder em sociedade, controlando as mulheres, isto é, "As raízes da violência não estariam, segundo elas, na estrutura familiar, mas nas próprias relações de gênero" (p. 88). São, assim, indiferentes às classes e etnias. E os signos mais eloqüentes de um estado de coisas são essas casas sem marcas que as identifique em suas fachadas, grades nas portas e todo um regime interno de sobressalto ante a possibilidade de uma intempestiva investida masculina, conectada por telefone à delegacia próxima: os refúgios para as mulheres.

Nesses casulos libertários opera-se o processo que Bárbara analisa brilhantemente: a vitimização afirmativa. "Vitimização que deverá se converter em força e poder" (p. 102). Ou, sob a desconfiança e o protesto de muitas feministas, os programas de recuperação de homens violentos. Desconfiança que nasce do diagnóstico dos episódios violentos enquanto mero exercício de poder, e protesto pelo desperdício de verbas e esforços que seriam mais bem aplicados no atendimento às vítimas.

E o texto vai tecendo o plano dos saberes e das subjetividades, como se dá o debate, quais as posições tomadas, as vozes que se articulam em torno dos antagonismos manifestos. O quadro apresenta-se estilizado, e o resenhador corre o risco em sua síntese e interpretação idiossincrática de privilegiar um ou outro aspecto. Resta a esperança de que o próprio livro devolva o leitor à complexidade polifônica que Bárbara rege sem indiferença. Sensível às várias vozes, implacável com as simplificações e contradições, mas sempre fiel a um compromisso ético e político que lhe permite se situar no debate, aliando-se a tendências em relação às quais sua lucidez é capaz de identificar práticas equivocadas e diagnósticos imprecisos sem que isso lhe impeça de distinguir a justeza da tendência de seus desvios tendenciosos.

Não se trata de uma caracterização genérica, que tende a flagrar o discurso médio, invariante que congregam uma cultura, uma visão-de-mundo. O texto se produz no cruzamento das considerações da autora, suas reflexões teóricas e metodológicas, um cuidadoso estabelecimento do contexto e de inúmeras histórias, casos, detalhes. Isso torna o estudo, que transita entre o panorama e o fragmento, o fragmento e o panorama, magistral em sua tessitura.

É prazeroso acompanhar sua estrutura, prazer que se contrapõe o tempo todo ao desconforto de se confrontar com essas histórias e tais detalhes — e sobretudo com as inquietantes e lúcidas formulações feministas do ciclo da violência, tipificação do agressor e caracterização das vítimas. Um painel inquietante, lúcido e seguro, onde o escabroso é enfrentado paradoxalmente com a frieza escandalizada, que elabora o diagrama e vira a mesa. Ou melhor, o plano dessas relações, impróprias, desonestas e aviltantes.

O engodo que enreda a mulher consiste em se perceber numa situação excepcional, do ponto de vista "lógico" e ideal, e considerá-la excepcional também do ponto de vista antropológico e real. A agredida como rejeita a agressão, comungando com o agressor o sentido que ele impõe de um rebentar de forças obscuras e incontroláveis que estariam plantadas em sua infância obscura ou destampadas no abrir de uma garrafa. O avatar da violência se torna o pai, os maus-tratos na infância ou o gênio do mal engarrafado. É exatamente na conveniência dessa versão que se instaura o plano de um aprisionamento onde a lua-de-mel intempestiva remete ao horizonte da esperança, comemora a eficácia do logro, mas — sobretudo — retempera a vítima para um novo ciclo.

A tortura, as relações sádicas, o controle e o poder, as relações assimétricas parecem depender disso. São comuns nas memórias de nossos torturados políticos as menções a um policial sádico e a um outro "bonzinho", que se atemam em maus-tratos e confortos. Ou em nossas escolas, o típico professor ou inspetor que se divide entre mesquinhas humilhantes e altissonantes exortações.

Lua-de-mel, confortos, declarações edificantes são condições de possibilidade do exercício do sadismo, da violência e dos maus-tratos. O estereótipo do sádico é o de quem coçica carinhosamente enquanto belisca o ponto sensível. O dito cáustico da malevolência é sempre destilado pela frase ocasional, sem

propósito, dita "sem querer". Essa seria a pré-condição necessária para a eficaz continuidade da brutalidade. Se esta fosse exercida em sua plenitude absoluta, em estado puro, perderia a eficácia. Romperia a relação. A postulada divisão do agressor parece ser, nesse exercício de especulação, a condição de continuidade de sua monovalência real.

Mas o que interessa mesmo no estudo de Bárbara não é tanto essa especulação que exerceito, mas as âncoras que lança no contexto, onde variáveis de séries múltiplas se aglutinam na produção de um beco sem saída, como fica demonstrado num texto citado de Bárbara Hart, que monta o quadro explicativo da permanência das mulheres na relação abusiva: (1) esperança de que o marido mude de comportamento; (2) isolamento a que estão sujeitas as mulheres em situação de risco, sociais ou familiares; (3) negação social do problema, expressa por médicos, psicoterapeutas, líderes religiosos, policiais, advogados etc.; (4) barreiras que impedem o rompimento, como ameaças do agressor; (5) crença no tratamento dos agressores; (6) riscos do rompimento, como assassinato ou ameaça aos filhos; (7) autonomia econômica; (8) extensão do processo do fim da relação, face à complexidade das séries com as quais se tem que lidar e das quais há que se desvencilhar (pp. 149-50).

Mas o debate, lembra a autora, se dá em duas frentes. Além da perspectiva feminista referida acima, que fala de "violência contra a mulher" em nome do poder e do controle masculinos, há a perspectiva "que abrange o conjunto de ações violentas, ocorridas no mundo privado, sob o nome de 'violência doméstica' ou 'violência familiar'". "No modelo feminista, as manifestações da violência feminina vão ser entendidas como gestos de autodefesa, como respostas emocionais a vitimizicações" (p. 126). É o que se chama de "síndrome da mulher espancada". Não haveria uma especificidade psicológica que tornaria certas mulheres mais propensas a se tornarem vítimas do ciclo da violência. Como se trata de uma dominação, "uma licença social", toda mulher corre o risco de sofrê-la.

submetidas cronicamente ao abuso físico e psicológico, as mulheres sofriam mudanças na percepção de suas possibilidades objetivas, perdendo a capacidade plena de reagir e as esperanças de escapar das mãos do agressor. Na prática, elas restringiriam o leque de respostas à violência, fazendo uma opção por aquelas respostas

cujo resultado pode ser previsivelmente antecipado, o que significa, via de regra, acionar estratégias de efeito imediato para minimizar ou evitar os ataques do parceiro. Uma variante da desesperança aprendida, também aproximada à violência doméstica na literatura feminista, é a chamada "síndrome de Estocolmo", segundo a qual prisioneiros ou reféns recebendo tratamento subumano, temendo permanentemente por suas vidas e segurança, e vivendo em absoluto isolamento, tendem a desenvolver mecanismos de identificação e de submissão voluntária aos seus algozes. É deles, afinal, que parte também (aleatoriamente) qualquer benefício, ainda que seja apenas o da suspensão dos ataques, torturas ou agressões (p. 143).

Ressalte-se porém, no quadro de complexificação do debate, proposto e captado por Bárbara, que são várias as feministas que denunciam o risco dessa patologização da vítima. Vale contudo destacar no livro, entre outros méritos, a relevância da análise da experiência em curso em torno das mulheres vítimas de violência. Refiro-me ao trabalho de recuperação da auto-estima de mulheres que sofreram um longo processo de humilhações, tortura psicológica e maus-tratos físicos, num regime de dependência econômica e de sobressaltos em relação ao destino dos filhos. Processo de vitimização afirmativa que a autora analisa e que opera uma correlação com a experiência americana dos Alcoólicos Anônimos. É ao longo dele que se viabiliza a passagem do privado ao público, permitindo a reestruturação do *self*, produzindo novos significados para a vitimização que se resolve em positividade. A

analogia não vale sem que a autora ressalve que no caso dessas mulheres trata-se de vitimização não-patológica. Em ambos casos, observa-se a elaboração de um discurso próprio, que se articula com outros discursos de outras vítimas, eliminando a segregação, através da ajuda mútua, legitimando-se socialmente, independente de discursos profissionais e criando "novas experiências subjetivas".

*Mulheres Invisíveis* desvenda essa experiência particular de subjetivação, que a autora chama de vitimização afirmativa, "originada nos grupos dos Alcoólicos Anônimos", e nela percebe "um elemento que contribuiu decisivamente para a eclosão do movimento contra a violência doméstica", no sentido de um "elemento específico, porém central, na formação desse processo que envolve, como no caso dos Aas, revelação, clandestinidade e exposição pública, segredo e quebra de silêncio, e que dá lugar à produção de um discurso muito particular, construído na experiência da vitimização".

Amplas processos sociais se articulam nas "micro-engrenagens" da subjetividade, num notável trabalho etnográfico. Obra intrigante e instigante, de forte teor emocional e de um cerebralismo geométrico.

1. Tendência real, mas conjurável pela progressiva familiaridade com as relações complexas entre etiologia da violência, suas manifestações, seus registros, memória, versão, tabulação em torno dela. Longe de merecer uma consideração que arefeça o ímpeto do movimento, deve ser considerado como um *byas* a ser transcendido pelo empenho e pelo conhecimento.

HÉLIO R. S. SILVA ■